

Denise Rollemberg
Doutora em História Social pela UFF.
Professora do Departamento de História da UFF.

Carlos Marighella e Carlos Lamarca Memórias de dois revolucionários

O texto propõe a discussão das histórias de vida de Carlos Marighella e Carlos Lamarca, os dois revolucionários de maior expressão na luta armada, no Brasil, do final da década de 1960 e início dos anos 1970; das memórias construídas nas esquerdas e na direita militar; do esquecimento e do silêncio numa sociedade alheia a essas construções, como alheia esteve às suas ideias e práticas enquanto Marighella e Lamarca viveram.

Palavras-chave: Memória; opinião; biografia; luta armada; ditadura.



The text intends to discuss the biographies of Carlos Marighella e Carlos Lamarca, two major revolutionaries in the Brazilian armed struggle, in the late 1960s e early 1970s; the memories elaborated by the left organization and the right wing militaries; the oblivion and silence in a society unaware of these constructions, as it was unaware of these ideas and practices while Marighella and Lamarca lived.

Keywords: Memory; opinion; biography; armed struggle; dictatorship

“Não se pode negar que há um estilo próprio a uma época, um *habitus* resultante de experiências comuns e reiteradas, assim como há em cada época um estilo próprio de um grupo. Mas para todo indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das

incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social”
(Giovanni Levi)¹

Carlos Marighella e Carlos Lamarca, os dois dirigentes revolucionários de maior expressão da luta armada, no Brasil do final da década de 1960 e início dos anos 1970, tiveram trajetórias muito diferentes.

Marighella tornou-se militante do Partido Comunista aos dezoito anos. Viveu um século marcado pelo confronto socialismo *versus* capitalismo, pelos fascismos e nazismo, a ditadura de Vargas, o stalinismo, a II Guerra Mundial, a vitória de Stalin sobre Hitler, a redemocratização do país no pós-45, os dilemas do PCB, a Guerra Fria, as lutas de libertação nacional no mundo, o governo Dutra, a Revolução Chinesa, o imperialismo norte-americano, a ofensiva do Tet, no Vietnã, os Anos JK, a Revolução Cubana, as lutas pelas reformas de base no governo Goulart, o golpe, o AI-5, as guerrilhas latino-americanas, a luta armada no Brasil. Fazer um perfil biográfico de Marighella é percorrer o século, acompanhar seus embates, suas realizações, às vezes grandiosas, às vezes miseráveis. Uma história de vida traçada no traço da história do século XX.

Já a história de Carlos Lamarca segue outro curso. Quando tentamos reconstruir sua trajetória, num primeiro momento, não é a história do século XX que sobressai. Mas uma vida que se confunde com a de tantos outros jovens de origem pobre, que buscam nas Forças Armadas uma formação, uma carreira. Com dezessete anos, entrou para a Escola Preparatória de Cadetes, tornando-se capitão do Exército aos vinte e nove, seguindo um caminho previsível, previamente traçado. Mas o século do embate socialismo *versus* capitalismo também chegou a Lamarca. Da América Latina em

busca da libertação. Libertação da miséria, da pobreza que Lamarca conhecia. Já como capitão, tornou-se revolucionário, comunista, o capitão da guerrilha.

Culturas políticas e sensibilidades diversas que, no final dos anos 1960, se encontraram: no mesmo embate contra o capitalismo e a ditadura, na opção pelo enfrentamento armado, no reconhecimento como os dois principais líderes da guerrilha do país. Mas também se desencontram neste encontro: as diferenças que tanto fragmentaram a esquerda armada os atingiram, afastando-os, opondo-os.² Marighella e Lamarca se encontram na derrota, nas mortes, ambos assassinados, assassinados pela ditadura, personificada no delegado Sérgio Fleury e no major Nilton Cerqueira. Encontram-se na memória de militares – Marighella, *o inimigo público nº 1*, Lamarca, *o desertor* –, na memória das esquerdas – heróis, mitos. Para os militares e para as esquerdas, lendas.

Suas vidas, entretanto, se encontram, sobretudo, na ruptura, na transformação, na metamorfose: Marighella, assumindo o enfrentamento armado, rompeu com o partido e as suas *tradições* – do partido e dele mesmo – de luta institucional, de um partido hierarquizado, disciplinado, formado – e que o formou na lógica de seu tempo; Lamarca, assumindo a luta armada, rompeu com o Exército e suas *tradições* – da instituição e dele mesmo – de hierarquia, disciplina, de visão de mundo. Marighella e Lamarca – tão dis-

tantes – se encontram na transformação, deles mesmos, e na transformação que tentaram realizar no país.

À OBRIGAÇÃO DE TODO
REVOLUCIONÁRIO É FAZER A
REVOLUÇÃO – CARLOS MARIGHELLA

O golpe de 1º de abril de 1964 foi o grande divisor de águas na vida do militante que já passara por outros momentos difíceis, como a repressão à Aliança Nacional Libertadora (ANL) e ao Partido Comunista, após o Levante Comunista de 1935; a repressão no Estado Novo; e, em 1947, com a cassação do PCB. Quando o movimento civil-militar derrubou João Goulart, golpeava a ilusão de que era possível transformar o país através das regras institucionais. Mesmo a radicalização dos movimentos sociais – à esquerda e à direita – parecia caber na democracia legitimada pela Constituição. Uma Constituição de cuja elaboração Marighella participou como deputado eleito em 1946. A crença na possibilidade de transformação pacífica, que sacudiu o socialismo da Europa de fins do século XIX, diante da *revolução* do voto universal, pulsava no Novo Mundo, na América Latina até o último sopro do socialismo chileno, em 1973. O golpe contra as reformas de base foi o mais decisivo na vida de Marighella, desencadeando o processo que levou à ruptura. Não passou a defender, neste momento, que a transformação para o socialismo só se daria através do embate violento.

Mas também deixou de acreditar que o caminho era pacífico. O golpe. Entre a desilusão com um caminho e a ilusão com outro caminho, o intervalo. O vazio preenchido pelo desfeito. Não adiantava se adequar às regras do jogo, que mudavam no meio da partida, toda vez que ameaçavam ganhá-lo. Havia sido assim em dois momentos históricos diferentes: em 1935, quando os comunistas participaram de um movimento de massas; e em 1947, quando o prestígio dos comunistas na vitória contra os nazistas cedeu lugar às perseguições da Guerra Fria, fazendo do aliado da véspera o inimigo do dia. Havia sido assim quando Jânio Quadros renunciou e os militares deram o golpe do parlamentarismo. Agora, derubavam o presidente afinado com reformas sociais, acabavam com a possibilidade de o trabalhismo e o comunismo se confirmarem como governo, de chegarem ao poder. A repressão que se seguia era conhecida: partidos, sindicatos, lideranças, movimentos sociais, tudo desfeito depois de um longo percurso. A cadeia. De novo. Não adiantava. Mas, em 1964 foi diferente. Caía por terra também a crença no Partido, nos discursos que substituíram a ação, numa burocratização que hierarquizara revolucionários, consumindo-lhes a revolução. O caminho pacífico, além de não levar ao socialismo, permitira o fim da democracia. Sem resistência. Agora, a luta tinha duplo caráter: pelo fim do sistema capitalista e pelo fim do regime ditatorial. Mas agora era diferente. Os comunis-

tas não deviam mais ter a pequena mala pronta quando a polícia chegasse. Agora, era preciso resistir à prisão. Bastava!

A resistência à prisão, em maio de 1964, era uma posição tomada individualmente frente ao governo recém-instaurado, não era a posição do PCB. Ao fazê-lo, assumia também a posição frente ao próprio Partido. Ou seja, a *resistência* tinha muito a dizer aos comunistas e não só aos militares. Assim, a dupla resposta: da polícia política, recebeu um tiro no peito; do partido, críticas severas ao livro que publicou em 1965, o qual, mais do que relatar um episódio, justificava-o, condenando a *passividade* do

Partido. Sem discuti-lo internamente e assumindo posições próprias, Marighella colocava-se como indivíduo diante da organização, inaceitável segundo a sua disciplina e a sua hierarquia. Marighella resistia ao Partido.

No documento escrito à Comissão Executiva, em dezembro de 1966, lembrava o constrangimento do ano anterior: "Um membro da liderança não pode escrever, publicamente, discordando". "As direções executivas dificultavam ou impediam tal coisa (lançamento de livros) por meio de subterfúgios, retendo originais ou exercendo a censura prévia". O *centralismo democrático*, que, até então, colocara acima de suas divergências,

PROCURA-SE

Se você souber do paradeiro de algum destes homens, telefone para 2-5898
(em Santos)
ou dirija-se à Delegacia mais próxima



Nome: CARLOS ROBERTO ZANIRATO — vulgo "CABRAL"
Filiação: Herminio Zanirato e Ernestina Fur-tado Zanirato
Profissão: ex-soldado do EB
Nascido em: 09 Nov. 49
Natural de Ourinhos — SP
CÔR: branca
CABELO: castanho médio liso
OLHOS: castanhos médios
ALTURA: 1,70 m. — Estado civil: solteiro



Nome: JOSÉ MARIANE FERREIRA ALVES — vulgo "MARIANI"
Profissão: ex-cabo do EB
Filiação: Assanine A. de Souza e Eulita F. Alves
ALTURA: 1,79 m
CÔR: branca
CABELO: castanho médio liso
OLHOS: castanhos claros
Estado civil: solteiro



Nome: DARCY RODRIGUES — vulgo "SÍLVIO"
Profissão: ex-2.º sargento do EB
Nascido em: 19 Nov. 41
Natural do Avaí/SP
Identidade: 4G-314.427
ALTURA: 1,63 m
CÔR: branca — CABELO: castanho médio claro
Filiação: Jorge Rodrigues e Deracilia de Almeida Rodrigues
Estado civil: casado.



Nome: CARLOS LAMARCA — vulgo "JOÃO"
Profissão: ex-capitão do EB
Nascido em: 27 Out. 37
Natural da Guanabara
Filho de Antônio Lamarca e Gertrudes da Conceição Lamarca
ALTURA: 1,78 m
CÔR: branca
CABELO: castanho médio liso
OLHOS: castanhos claros
Estado civil: casado

Cartaz do acervo do Setor de Segurança da Companhia Docas do Estado de São Paulo/CODESP.
Acervo CODESP.

ruía. Tomava outro caminho. Demitindo-se da Executiva, tornava “público que minha disposição é lutar revolucionariamente junto com as massas e jamais ficar à espera das regras do jogo político burocrático e convencional que impera na liderança”.³

A resistência em maio de 1964 se transformou em ação nos anos seguintes. Mesmo que Marighella continuasse a enfatizar a *resistência*, que tanto destacou naquele momento, agora, este sentido estava em outra palavra: *ação*. A resistência fora a ponte entre as tradições pecebistas e os princípios da organização que criava, em 1967/68: a Ação Libertadora Nacional. No nome ALN, o novo – ação – e a continuidade – o princípio de libertação nacional. Mas os tempos eram outros. Não mais das *revoluções burguesas*. Ilusões perdidas. Para sempre. A resistência agora não se confundia com o pacifismo do partido, sempre tentando participar do jogo, submetendo-se às regras. A *resistência* se transformava em *ofensiva*. Ação, a palavra-síntese da organização. Para além da luta contra a ditadura, essencialmente de resistência, a luta contra o capitalismo: “Não há por que lutar para entregar o poder à burguesia, para que seja construído um governo sob hegemonia da burguesia”, dizia ao se demitir da Executiva, mas ainda no partido. “É preciso pôr abaixo tal Constituição, derrubar a ditadura, estabelecer um governo apoiado em outra base econômica, em outra estrutura”.⁴

Entre junho e dezembro de 1967, Carlos Marighella esteve em Cuba. Fora participar da Conferência da OLAS, Organização Latino-americana de Solidariedade, entre julho e agosto. Atendia ao chamado dos revolucionários cubanos para a formação no continente de uma internacional guerrilheira para enfrentar o imperialismo norte-americano, a reação, levantando a América Latina em ondas revolucionárias. Ao participar da Conferência, rompia com o Partido que, convidado, recusou o chamado, explicitando para Cuba que não fazia do antigo militante um representante, explicitando a Marighella a expulsão. Mas, ao participar da Conferência, ele já estava fora do partido, já dera o salto para outros continentes.

Em Cuba, Marighella encontrou mais do que a revolução, mais do que apoio e reconhecimento para liderá-la no Brasil. Encontrou a teoria do foco guerrilheiro. E aqui, existe uma polêmica. Teria ele aderido ao foco? Na verdade, acredito que Marighella concebeu a luta de uma maneira bem mais ampla e complexa do que o foquismo propunha, supostamente legitimado na Revolução Cubana. Segundo depoimentos de militantes da ALN que passaram pelo treinamento guerrilheiro e que tiveram contato com Marighella, ele teria uma visão da revolução diferente deste modelo. Seria um longo processo e dependia de uma complexa rede de contatos e apoios, que apenas começava a ser

tecida. A própria organização criada não passaria de uma peça do grande quebra-cabeças. Muitos dos contatos teriam se perdido com a sua morte.⁵ Em dezembro de 1968, Marighella reconhecia: “a guerra contra eles é longa e prolongada e não se baseia em combates decisivos, mas na paciência chinesa, na astúcia, na sagacidade, na malícia, no reconhecimento de que somos fracos e eles fortes”.⁶ Em outubro de 1969, um mês após o sequestro do embaixador norte-americano, Marighella concedeu uma entrevista a Conrad Detrez. Quando foi publicada na revista francesa *Front*, em novembro, Marighella já estava morto. Nela, destacava a influência da Revolução Cubana e do Vietnã. “A experiência cubana, para mim, foi determinante, sobretudo no que diz respeito a um pequeno grupo inicial de combatentes”. Ainda assim, afirmou que “estava em desacordo com as ideias de foco guerrilheiro de Régis Debray”. “As dimensões continentais do Brasil desfavorecem a aplicação da teoria “foquista”, mas favorece nossa estratégia de guerra revolucionária”.⁷ A Revolução Cubana era a vanguarda da revolução latino-americana e os revolucionários latino-americanos, irmanados na OLAS, deviam-lhe solidariedade, atuando para libertá-la do cerco imperialista, para libertar todo um continente condenado a repetir o passado de miséria e exploração.

O sedutor na teoria do foco foi, sobretudo, a ideia de que era possível fazer a

revolução – ou desencadeá-la – sem o partido. E mais, sem o movimento social. Para Jacob Gorender, as formulações de Marighella, que alterariam o modelo do foco, foram secundárias: “O foquismo se mantém, na medida em que a guerrilha começa do zero, dissociada de qualquer movimento de massas, e incorpora a função de vanguarda política”.⁸ Como diria, em junho de 1969, no *Mini-manual do Guerrilheiro urbano*, o guerrilheiro “começa do nada e não tem apoio a princípio”.⁹ Isto, de fato, era a grande novidade à qual Marighella se apegou. Toda crítica à burocratização, à hierarquização, que engessara o PCB, encontrava na teoria a legitimação para as suas críticas, a legitimação de uma revolução sem o partido. Ou de uma organização moldada fora dos padrões dos partidos comunistas, mas que, ainda assim, não deixava de ser um partido, o partido leninista *traduzido* para a América Latina dos anos 1960. Uma organização que “surge simultaneamente com a ação revolucionária”, “pela base e não pela cúpula”. “A ação é que faz a vanguarda”.¹⁰ Aí estava o “foquismo” de Marighella. Surgia a ALN, à imagem e à semelhança de Marighella, centrada na ação, na coragem de agir, na disposição para atuar, na não-submissão a comandos, a hierarquias, a centralismos, desprezando a *experiência*, apostando na renovação dos jovens de 1968; nascida da convicção de que “a obrigação de todo revolucionário é fazer a revolução”, frase impressa no cartaz da OLAS, que ele

encarnou como ninguém. *Quem samba fica, quem não samba vai embora.*

A ALN, entretanto, foi criada, apesar das palavras – e da ação – de Marighella, pela cúpula, como vanguarda, obra de *intelectuais*, não burocratizados nas malhas da III Internacional, mas ainda *intelectuais*. Uma organização na qual todos tinham *carta branca* para planejar ações e realizá-las. “Não pedimos licença a ninguém para praticarmos atos revolucionários”.¹¹ Não precisavam esperar por ele, por ninguém. “Vocês têm carta branca na frente guerrilheira para desencadear a ação. Só não têm carta branca para coisas burocráticas, isto é, para impedir

ações planejadas pelos grupos, sejam eles quais forem. Nem podem fazer discussões formais. É preciso ação e mais ação. (...). Vejam quem quer fazer e dêem carta branca. É preciso acabar com a omissão e a vacilação. A ação não prejudica”, afirmava em dezembro de 1968. A ALN como antítese ao centralismo democrático, ao PCB, ao legalismo, que excluía os comunistas da farsa, que excluía a maioria dos brasileiros das decisões. A atuação devia ser “de baixo para cima e a coordenação poderia desaparecer, se atrapalhasse a ação. Não se deveria deixar de lado a “frente de massas”, fazendo-a “adotar táticas guerrilheiras”, “possuir potência de fogo”.¹²



Reinício das aulas. Rio de Janeiro, 1968. *Acervo Correio da Manhã.*

Nos anos seguintes, o princípio que estivera na origem da ALN evoluiu para o militarismo, do qual muitos militantes da organização se tornaram críticos, sem, no entanto, conseguir superá-lo. Diante da repressão feroz da ditadura no desdobramento do sequestro do embaixador americano, isolada da sociedade, que jamais se reconheceu na luta armada, fosse porque não estava de acordo com os seus meios, fosse porque não compartilhava os seus fins – o socialismo e mesmo o fim do regime militar – não foi possível romper com as origens. Na sequência das quedas, caía Marighella, assassinado à queima roupa numa emboscada em uma rua de São Paulo, em 4 de novembro de 1969. Ele, que havia sido contra o sequestro, prevendo a reação para a qual não estavam preparados, mas que pôde se realizar coerentemente com a organização, com suas ideias. Como num presságio, falara um mês antes: “É perigoso pensar que temos uma força que ainda não possuímos”.¹³ Mas já estava lançado num caminho sem volta, formulado também como presságio, em dezembro de 1968: “É melhor cometer erros fazendo, ainda que disto resulte a morte. Os mortos são os únicos que não fazem autocrítica”.¹⁴

Em Marighella, a convivência de opostos: a aversão às formalidades, às regras; a *irreverência*, certamente a palavra que mais aparece nas biografias e nos depoimentos para se referir a ele, o homem que viveu trinta e oito anos num partido no qual a disciplina era uma questão cen-

tral. “Era brincalhão, mas muito sério também. Ele carregava uma responsabilidade nas costas”, resumiu Noé Gertel, seu antigo companheiro, na prisão da Ilha Grande.¹⁵ O limite e salto: “Mas Marighella, de repente, se liberou disso. Ele, para conduzir a luta, achou que era necessário se liberar daqueles controles. É então o momento em que a sua personalidade se revela mais completamente. É, portanto, depois do rompimento com o Partido, que Marighella está inteiramente dono da sua personalidade”, constatou Jorge Amado, amigo dos tempos da constituinte.¹⁶ Marighella, o homem de partido, numa época em que partido comunista rimava com rígida disciplina e hierarquia, foi também – e sobretudo – o homem que se revelou plenamente na ruptura com a obediência.¹⁷ Na *primeira fase* de sua vida, passara dez anos na prisão; na *segunda*, não passaria nem um dia.

Marighella assumiu-se como *terrorista*. “Todos nós somos guerrilheiros, terroristas e assaltantes”,¹⁸ afirmava em agosto de 1969. A maior parte das organizações e militantes negaram esta identidade no passado e a negam no presente: “terrorista é a ditadura!”. Ele, ao contrário, deu-lhe uma conotação positiva. “Hoje, ser ‘violento’ ou um ‘terrorista’ é uma qualidade que enobrece qualquer pessoa honrada, porque é um ato digno de um revolucionário engajado na luta armada contra a vergonhosa ditadura militar e suas atrocidades”.¹⁹ Na verdade, se pensarmos terrorismo como a prática de

atentados à população civil e não exclusivamente a alvos específicos, identificados com as forças de coerção, as organizações e os líderes da esquerda armada - inclusive a ALN e Marighella - não aderiram à proposta terrorista.

Em relação às suas últimas declarações, chama atenção num momento da vitória do primeiro sequestro de diplomata, mas também de enorme repressão e isolamento da luta armada, a avaliação de que “os revolucionários conseguiram a cumplicidade da população. A imprensa clandestina avança. As emissões piratas são recebidas favoravelmente. A cidade reúne, pois, as condições objetivas e subjetivas requeridas para que se possa desencadear com êxito a guerrilha”. Ou ainda, no *Mini-manual do guerrilheiro urbano*, de junho de 1969, a ideia tão presente na luta armada, em várias organizações, em vários militantes, na época e que, surpreendentemente, ainda é muito frequente na memória das esquerdas: “as pessoas odeiam” a polícia e os militares. “O inimigo é observado pela população, mas desconhece quem dentre a população passa informações aos guerrilheiros urbanos. Os militares e a polícia são odiados pelas injustiças e violência que têm cometido contra a população, e isto facilita a obtenção de informação prejudicial às atividades de agentes do inimigo”. “Já que nossa luta toma lugar entre as massas e depende de sua simpatia – enquanto que o governo tem uma má reputação devido a sua brutalidade, corrupção e incompetência – os informan-

tes, espíões, traidores, e a polícia vêm a ser os inimigos da população sem apoiadores, denunciados aos guerrilheiros urbanos, e em muitos casos, devidamente castigados”.²⁰ No próprio golpe de 1964, a ausência marcante, constante nas análises de Marighella, constante nos anos seguintes: o golpe fora militar, a sociedade estivera ausente do movimento e assim permanecera, recusando apoio à ditadura nos anos seguintes. Para ele, a sociedade estivera presente, sim, mas rejeitando o regime e seus homens.

OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER – CARLOS LAMARCA

No mesmo dia em que Carlos Lamarca deixou o Exército, sua mulher e seus filhos embarcavam para Cuba. Quando abandonou para sempre o quartel com alguns companheiros, levava armas para a revolução. Ainda houve tempo de correr até o aeroporto para se despedir da família. Não imaginava que, naquele dia, deixava-os para sempre. Da Ilha, vinha a inspiração para a guerrilha, a certeza de que era possível vencer. Da Ilha, viriam um dia os filhos e a mulher para construir juntos o socialismo no país. Mas este encontro jamais aconteceu, do Brasil com o socialismo, do pai com os filhos. Só conheceriam o socialismo em Cuba, onde cresceram, o socialismo que Lamarca jamais conheceu. Do pai, conheceriam muitas histórias, talvez jamais confundidas com as lembranças da infância.

Lamarca deixou o Exército para comandar a Vanguarda Popular Revolucionária, os intelectuais dissidentes da Política Operária (POLOP), que defendiam a construção imediata do foco guerrilheiro, os sargentos e marinheiros expulsos das Forças Armadas em 64 e os operários ligados a Osasco. Lamarca não era um teórico, um intelectual, formulador, à vontade com as discussões da revolução que tanto cindiram as organizações de luta armada. Discussões que haviam surgido na oposição ao PCB que se perdera em discussões. Converteu-se à revolução não porque convencido pela teoria, mas, como tantos outros, pela indignação com as injustiças do mundo, a miséria. Comandante da revolução porque capitão do Exército, porque excelente atirador, militar e militarista num momento em que fazer a revolução era agir. *Ousar lutar, ousar vencer*, a síntese do voluntarismo daqueles dias.

Sem lugar no Exército, deu o salto, encontraria na organização o seu lugar. Mas também não estava à vontade ali. Aquele realidade lhe era estranha como se tornara a do Exército. Ali, também estava isolado. Talvez nenhum outro personagem – sua vida e sua morte – sintetize tão bem o isolamento da luta armada. Lamarca foi a encarnação da solidão. A busca de um outro rosto para ocultar-se, para se encontrar. A vida de aparelho para aparelho, acuado, caçado pela gana dos militares. Da VPR para o MR-8, da cidade para o campo, em busca da guerrilha no sertão baiano, escondido, apri-

sionado naquela situação, naquele lugar onde tudo começaria, onde tudo terminou. Lamarca em Buriti Cristalino, a imagem do isolamento da luta armada. Em lugar nenhum, escrevendo cartas para Cuba, para Iara, para si mesmo. A solidão de Lamarca nas respostas que jamais chegariam de Cuba, de Iara, dos *camponeses*. O diálogo impossível com aquele país. O amor interrompido por uma bala no peito de Iara. Lamarca, a humanização da solidão, Lamarca, humanizado na solidão.

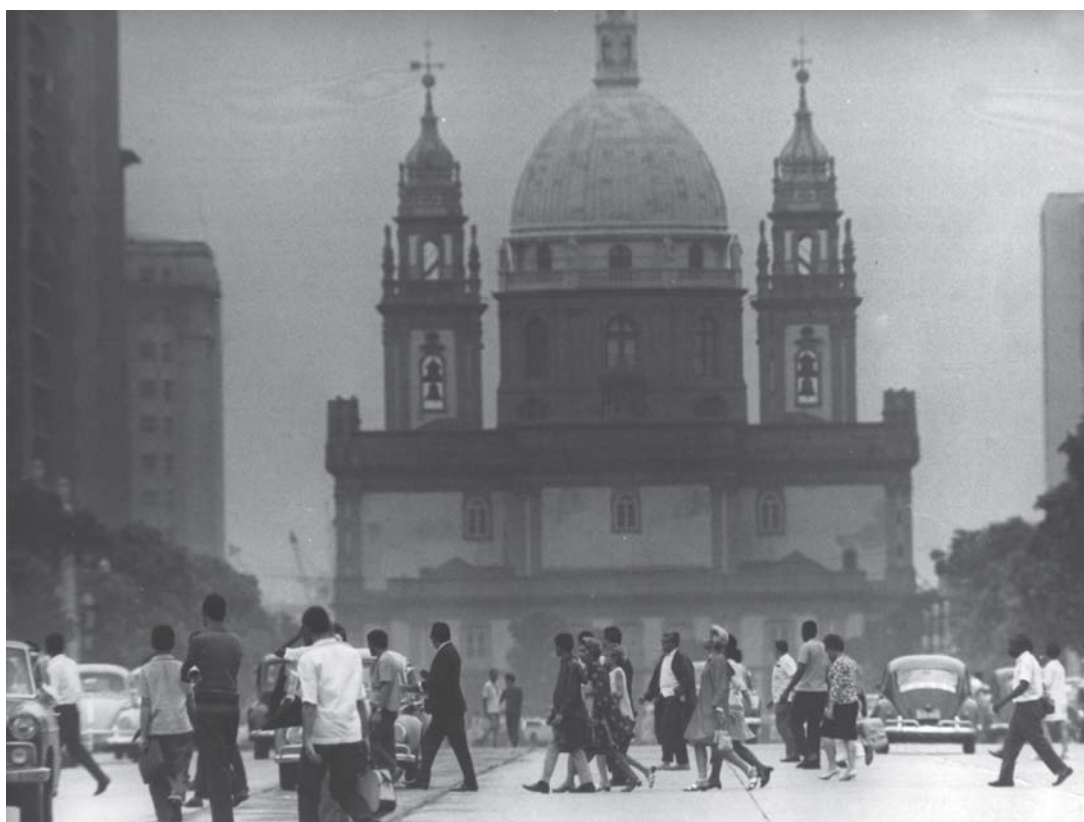
Com José Campos Barreto, chegou a Buriti Cristalino, o operário que fazia o caminho de volta para casa, deixando Osasco que *incendiara* em 1968. Naquela seca que um dia o expulsava, começaria o futuro melhor, e não na São Paulo que expulsava os nordestinos para as periferias. A solidão de Lamarca na fuga com Zequinha, caçados como bichos, delatados, exaustos, buscando o caminho numa terra estéril, seca. A solidão de Lamarca interrompida na morte com Zequinha e no amor de Iara.

Lamarca sempre fugindo. A fuga ao cerco da repressão no Vale da Ribeira. Naquela isolamento, treinaria os guerrilheiros. Ali, a esperança de encontrar meios para a guerrilha. Ali, isolados de tudo, encontrando apenas pessoas isoladas de tudo, das verdades dos guerrilheiros isolados das verdades daquela gente, adoecendo naquelas matas. “Ficamos orgulhosos de constatar a receptividade dos trabalhadores rurais e sua capacidade de

compreender os objetivos da nossa luta. Os órgãos responsáveis pela repressão repararam o apoio que a população nos dava e em consequência disso prenderam e assassinaram um jovem casal de camponeses e evacuaram a população da região e bombardearam-na. Essas ações de terrorismo foram completadas com tiros de metralhadoras a esmo, para dentro do mato, e vôos rasantes sobre as choupanas ainda habitadas”.²¹

No detalhado *Relatório Operação Pajussara*, que caçou Lamarca pelo sertão baiano, documento do Ministério do Exército de cento e uma páginas, chama a atenção o aparato montado pelos di-

versos órgãos da repressão para eliminar Carlos Lamarca e seus companheiros, ou melhor, para “destruir o mito representado por Lamarca”.²² Como no Vale da Ribeira, a desproporção das forças em combate: de um lado, a contabilidade dos recursos humanos e materiais empregados; de outro, as fotos dos mortos, as fotos do que foi apreendido: algumas armas, munições, uma pequena barraca, umas botinas surradas e um texto de Giap. Para capturar o “bando terrorista” de meia dúzia de homens, ali estavam o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), a Polícia Militar da Bahia, o Centro de Informações do Exército, o Centro



Centro da cidade do Rio de Janeiro, abril de 1968. *Acervo Correio da Manhã*.

de Informações e Segurança da Aeronáutica, o Centro de Informações da Marinha, IV Exército, Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), a Primeira Esquadrilha Aeroterrestre de Salvamento (Parasar), a Operação Bandeirante, a Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo/SP, a Força Aérea Brasileira e a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, num total de 215 agentes da Bahia, da Guanabara, de São Paulo e de Pernambuco envolvidos, nas duas fases da operação. Chamam a atenção os nomes dados às equipes: Cão, Lobo, Leão, Tigre, Onça, Águia. Chama a atenção as repetidas vezes em que aparece “o apoio irrestrito da população” local naquela caça.²³ Reconhece-se mesmo que o êxito da operação estava na “rede de informantes”. “Difícilmente haveria sucesso sem a cooperação e a confiança dedicadas às forças legais por aquela humilde população”. “Foi conquistado o apoio da população”. “Ficou demonstrado que o povo do interior, embora vivendo nas mais miseráveis condições, ainda repudia e, até mesmo, odeia o emprego da violência a que os terroristas querem impor ao País”. A Operação Pajussara “demonstrou, de forma indelével, à Nação, o repúdio às ações de terroristas por parte das populações mais humildes do interior da Bahia, e que pode ser estendido ao Brasil”. O “excelente rendimento da rede de informantes locais e mais a exploração intensa e colaboração espontânea dos guias”.

Se, de fato, se deu a participação da população local, indicando os caminhos, procurando os agentes para informar sobre aqueles homens em fuga, os relatores destacam também a miséria daquelas pessoas do sertão, de uma “área abandonada e desassistida pelas autoridades governamentais, da esfera administrativa estadual e municipal”. Após um mês de convívio com “o homem da caatinga”, “obtendo a sua lealdade e confiança, o que (nos) levou à vitória final”, a Operação conheceu a sua “miséria impressionante”.

“Permitiu, também conhecer, mais e melhor, a alma do homem humilde do campo, espelho fiel de nossa gente que odeia a violência, que deseja apenas tranquilidade para viver na paz de seu trabalho. (...) Resta, contudo, a dúvida de saber até quando persistirá com esta concepção, de vez que não vê e nem sente, na prática e em curto prazo, solução para seus mais prementes e comezinhos problemas, podendo, assim, tornar-se presa fácil a qualquer impregnação de doutrinas espúrias”.

A dúvida dos caçadores tinha sido a certeza de Lamarca e Zequinha. No sertão, o contraste entre a miséria e a colaboração, uma miséria:

“...o comandante do DOI foi procurado por um velhinho, quase cego, de cerca de 70 anos, na mais mísera condição, que dizia ter visto dois indivíduos suspeitos, (...) e que vie-

ra apressado comunicar o fato. Deslocando-se para o local, efetuou-se a busca sem resultados, a não ser o efeito moral do grande estímulo trazido pela atitude daquele humilde cidadão, que, acima de tudo, demonstrava o apoio que os integrantes do DOI contavam por parte da população”.

Outros casos semelhantes são relatados. Se assim aconteceu, Lamarca e Zequinha em fuga percorriam um caminho minado pelos *camponeses* que iam indicando seus passos para os agentes da repressão que iam fechando as saídas, cercando a região na qual Lamarca acreditou poder implantar a guerrilha. O que aqueles homens estavam fazendo ali? Escondidos no nada. Era difícil entender aquilo. Talvez fosse mais fácil entender aqueles que chegavam depois, para caçá-los como bichos. Mas quem eram os bichos? As caças ou os caçadores? Ou os delatores? O mal, os miseráveis já o conheciam. Estranho mesmo era pensar que um dia as coisas poderiam ser diferentes.

A memória, entretanto, é uma disputa, como se sabe. No Tribunal Bertrand Russell II,²⁴ em 1974, há uma referência a um depoimento gravado e passado na televisão sueca, de uma pessoa presente no interior da Bahia, onde Carlos Lamarca, Zequinha, e os guerrilheiros foram assassinados. Os militares haviam bombardeado o povoado, e desencadeado uma repressão maciça sobre os camponeses: “No campo de futebol da cida-

de, montaram uma cruz e começaram a crucificar – a amarrar na cruz – alguns camponeses, a jogar sal no corpo por um tempo e durante esse tempo torturar os camponeses”.²⁵ Segundo João Lopes Salgado, militante do MR-8, sobrevivente ao cerco, houve realmente o massacre.²⁶ Não identificando, em um primeiro momento, quem estava ligado a Lamarca, os militares torturaram e mataram cruel e indiscriminadamente muitos habitantes do povoado e dos sítios próximos. Entretanto, João Salgado não confirma nem o bombardeio nem a crucificação. No calor dos acontecimentos, um outro sobrevivente, pessoa da própria região, recorreu a esta forma de suplício, plena de simbologia religiosa, para relatar os horrores que havia visto.

Ainda no Relatório da Operação Pajussara, lamenta-se que “o aproveitamento do êxito, sob o aspecto de ação psicológica, a liberação das informações, pelos órgãos competentes, não produziu os efeitos desejados, gerando sensacionalismo, distorções e inverdades que agitará e confundiram a opinião pública... Alguns noticiários produziram efeitos negativos, criando, em grande parte da população, sentimento de compaixão pelo terrorista Lamarca e sua amante, após a publicação das cartas apreendidas”. Nas cartas de amor, de saudade, de esperança no nascimento do filho com Lara, no nascimento da guerrilha, a solidão de Lamarca, humanizando o revolucionário morto na desumanização do terrorismo de Estado, morto na miséria da delação.

SERIAM ILUSÕES AS BIOGRAFIAS DE MITOS?

As trajetórias de Marighella e Lamarca, suas rupturas e continuidades mostram, ao mesmo tempo, homens de seu tempo e homens livres de seu tempo. Nesta dualidade, segundo Giovanni Levi, está um bom motivo para os historiadores estudarem as biografias:

"Na verdade nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação. A meu ver a biografia é por isso mesmo o campo ideal para verificar o caráter intersticial – e todavia importante – da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições."

E ainda:

"qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica".²⁷

O fato, entretanto, de eles, Marighella mais do que Lamarca, terem se tornado lendas, mitos, tanto nas esquerdas como

nas direitas, torna seus perfis biográficos tarefa difícil para o historiador. Ilusão de vidas perfeitas, irretocáveis, heróis, personificação da esperança interrompida, mártires da ditadura. Ilusão de vidas incorrigíveis, bandidos, encarnação do perigo, do mal, do inimigo público nº 1, da traição, da deserção. Nesta disputa da memória, uma outra *ilusão biográfica*: a que constrói memórias encobrindo a história.

Antonio Candido foi buscar em Tiradentes e nos líderes de Palmares a imagem de Marighella. "Um herói do povo brasileiro" "que aceitou o sacrifício pela liberdade real do seu povo". No "martírio" de Marighella, a "consagração" de um "processo histórico segundo o qual o herói se desprende do homem". "Quando um homem chega a este estágio da fama, muda a perspectiva a seu respeito e se define o perfil com o qual passará à história. Então, começam a ter menos importância os pormenores da ação e certas particularidades do pensamento, pois a imaginação coletiva se concentra na trajetória completa da existência exemplar. Eu diria que agora Carlos Marighella já não é apenas o grande revolucionário, admirado pelos que pensam e sentem como ele pensou e sentiu; mas um herói do povo brasileiro, admirado por todos os que aspiram a um estatuto humano para a vida do homem em nosso país. (...). Do homem que fez o mais alto sacrifício pelo povo brasileiro, isto é, o sacrifício da vida, surgiu a figura do herói modelar".²⁸

Neste estágio, haveria história?

Noé Gertel diz que “Marighella sabia tudo: entendia de futebol, de política, tinha habilidade manual, sabia desenhar, sabia escrever, sabia fazer versos...”.²⁹ Em Jorge Amado, “ele é aquele que representa, mais autenticamente, o povo brasileiro naquele momento (da ditadura)”.³⁰ Para os historiadores Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, ao “exército de visionários e idealistas juntou-se a figura de Marighella”. No panteão, Zumbi, Che Guevara, Sandino, Lumumba. Como um personagem da mitologia grega, *Glauco*, imortalizado, meio homem meio deus.³¹ Na tentativa de compreender *o homem por trás do mito*, o mito por trás do mito, desumanizando os homens, desumanizada a história, a antiga história dos grandes homens.

Neste estágio, não estaria aí o trabalho do historiador? Compreender como e por que a memória destes homens assim foi construída?

Carlos Marighella, assim como Carlos Lamarca, estão longe de representar “mais autenticamente o povo brasileiro” no momento da ditadura. Suas lutas por um outro sistema, contra o capitalismo, pelo socialismo e contra a ditadura não encontraram eco então. As imagens de *terroristas, subversivos, inimigos, traidores, maus brasileiros* etc. foram assimiladas por significativas parcelas da sociedade, não exclusivamente porque o governo civil-militar controlava os meios de comunicação, porque havia censura, pri-

são política, tortura. Tudo isto existia e é relevante. Mas nenhuma ditadura se sustenta unicamente pela repressão, por *manipulação*. A sociedade que estes homens quiseram transformar não os tinha como *heróis, justiceiros, libertadores dos oprimidos*. Muitos de seus heróis estavam fardados, ovacionados no estádio lotado. Ditadores amados. Menos porque temidos, mas porque reconhecidos, então, como seus dirigentes. E, hoje, seus nomes estão nas ruas, como no cruzamento junto à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ): avenidas Emílio Garrastazu Médici e Castelo Branco; na ponte Costa e Silva, a Rio-Niterói; até o torturador Fleury tem o nome numa placa de rua em São Carlos, interior paulista. Muitas coisas mudaram desde o fim dos anos 1970. E, para os historiadores, é importante notar como esta memória vem sendo construída desde então. *Nesta mudança*, podemos compreender muito da sociedade brasileira, seus valores e referências, rompendo com a dicotomia *opressores* e *oprimidos* que as esconde, as dissolve. Podemos refletir por que as esquerdas querem heróis e lendas; por que insistem na tese da *resistência* da sociedade à ditadura, aos seus princípios e práticas; por que têm negado o conhecimento da realidade.

Carlos Marighella e Carlos Lamarca continuam ausentes dos *lugares da memória*, porque seus projetos, suas vidas, suas mortes permanecem à margem. A reconstrução de suas histórias, até para honrarmos suas lutas, deve buscar

A

C

E

compreender por que ficaram sós; por que imaginaram adeptos onde havia estranhos; por que não compreenderam isto nas suas épocas; por que desconheciam o *povo* e a *sociedade* que quiseram transformar; por que permanecem estranhos para a maior parte da sociedade, conhecidos, mas estranhos; por que se acredita hoje que honrá-los é não enfrentar estas questões.

Não são, não foram heróis do povo brasileiro. Não são, não foram encarnações do mal. As memórias construídas – à esquerda e à direita – não servem à história. E, provavelmente, uma e outra sejam desconhecidas do *povo brasileiro*. Homens sós, nas suas vidas, nas suas mortes e assim permanecem nas memórias que os isolam da história.

N

O

T

A

S

1. LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaina (Org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p. 182.
2. A cisão entre Marighella e Lamarca se deu a partir do episódio da guarda do armamento desapropriado pelo capitão no Quartel de Itaúna, quando recorreu a Marighella. Ao reivindicar as armas, Marighella se recusou a entregá-las. A partir da mediação de Joaquim Câmara Ferreira, foi devolvida a metade.
3. MARIGHELLA, Carlos. Carta à Executiva. In MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979. p. 90, 89.
4. MARIGHELLA, Carlos. Carta à Executiva, 1º de dezembro de 1966. In MARIGHELLA, Carlos. op. cit. p. 94.
5. ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada*. O treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
6. MARIGHELLA, Carlos. “Quem samba fica, quem não samba vai embora”. Carta dirigida aos revolucionários de São Paulo, dezembro de 1968. In NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (orgs.). *Carlos Marighella*. O homem por trás do mito. São Paulo, Ed. UNESP, 1999, p. 547.
7. MARIGHELLA, Carlos. Marighella nos declara: ‘O Brasil será um novo Vietnã’. *Front. Revista mensal de informação política internacional*. Fundo DOPS (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro), Setor Terrorismo, pasta 3, folhas 116-125. Entrevista de Marighella concedida a DETREZ, Conrad.

8. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 98.
 9. MARIGHELLA, Carlos. *Mini-Manual do guerrilheiro urbano*. Junho 1969, p. 10.
 10. MARIGHELLA, Carlos. Sobre a organização dos revolucionários. Texto circulado sobre a forma de panfleto, em agosto de 1969. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Org.). op. cit. p. 551, 552.
 11. MARIGHELLA, Carlos. Sobre a organização dos revolucionários. Texto circulado sobre a forma de panfleto, em agosto de 1969. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Org.). op. cit. p. 553.
 12. MARIGHELLA, Carlos. Quem samba fica, quem não samba vai embora. Carta dirigida aos revolucionários de São Paulo, dezembro de 1968. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Org.). op. cit. p. 549.
 13. MARIGHELLA, Carlos. Sobre a organização dos revolucionários. Texto circulado sobre a forma de panfleto, em agosto de 1969. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Org.). op. cit. p. 553.
 14. MARIGHELLA, Carlos. Quem samba fica, quem não samba vai embora. Carta dirigida aos revolucionários de São Paulo, dezembro de 1968. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Org.). op. cit. p. 550.
 15. MARIGHELLA, Carlos. Marighella na Ilha Grande de Esperanças. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Org.). op. cit. p. 424. Entrevista concedida a Nôe Gertel.
 16. AMADO, Jorge. O homem que ria e que chorava. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Org.). op. cit. p. 390.
 17. Entretanto, se é verdade que as organizações que surgiram, a partir de 1961, defendendo a luta armada, opondo-se às posições e práticas do PCB, algumas, como a ALN, rompendo também com a estrutura de partido – hierarquizado, disciplinado –, é preciso notar que desenvolveram também uma disciplina, não a mesma do antigo partido, mas aquela que, segundo Daniel Aarão Reis Filho, levou a uma “estratégia da tensão máxima”: “o complexo da dívida; o leque das virtudes; o massacre das tarefas; a celebração da autoridade; a ambivalência das orientações; e a síndrome da traição”. REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 107, 118.
 18. MARIGHELLA, Carlos. Sobre a organização dos revolucionários. Texto circulado sobre a forma de panfleto, em agosto de 1969. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Org.). op. cit. p. 552.
 19. MARIGHELLA, Carlos. *Mini-Manual do guerrilheiro urbano*. Junho 1969, p. 2.
 20. MARIGHELLA, Carlos. op. cit. p. 4, 14, 15.
 21. LAMARCA, Carlos. Entrevista concedida em junho de 1970, publicada no “Dossiê sobre o Brasil”, em janeiro de 1971, pelo “Centro d’Azione e Documentazione America Latina”. In: MIRANDA, Oldack; SILVA FILHO, Emiliano José. *Lamarca*. O capitão da guerrilha. 12. ed. São Paulo: Global, 1989. p. 90, 91.
 22. Ministério do Exército, IV Exército, 6ª Região Militar, Quartel General, 2ª seção, 30 de setembro de 1971, assinado pelo general de brigada Argus Lima, comandante da 6ª região militar e pelo tenente-coronel Adail Coaracy de Aquino, da 3ª seção do COMCOS; constam, ainda, as referências do major Nilton de Albuquerque Cerqueira, chefe da 2ª seção do EMR/6, no lugar destinado à sua assinatura, embora esta não apareça. *Operação Pajussara* (Relatório). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DOPS, Setor Terrorismo, pasta 12, folhas 125 A e seguintes. Citações p. 37 e seguintes, p. 42, 37, 41, 22, 28, 43.
- Não foi possível consultar os prontuários de Carlos Lamarca nem de Carlos Marighella, em virtude da não autorização dos familiares.
23. Em novembro de 1968, a *Veja* dera à reportagem sobre Marighella o título “A caçada”. Cf. A CAÇADA. O general França comanda milhares de policiais em todo o país que estão à procura do líder comunista Carlos Marighella. *Veja*, São Paulo, 20 nov. 1968.
 24. O Tribunal Bertrand Russell II foi instaurado em 1973 por políticos e intelectuais europeus com o objetivo de denunciar as ditaduras latino-americanas. Sobre o Tribunal, ver ROLLEMBERG, Denise. *Exílio*. Entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999. cap. 8.

25. Testemunho de Fernando Gabeira no Tribunal Russell II. Roma, 30 de março a 5 de abril de 1974. (Fundação Lelio Basso, TBR I. T. Cart. III - 9). p. 215.
26. Depoimento de João Lopes Salgado concedido informalmente, ou seja, sem gravação, a DR, no Rio, 14 de janeiro de 1998.
27. LEVI, Giovanni Levi. op. cit. p. 180, 176.
28. CANDIDO, Antonio. Um herói do povo brasileiro. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Org.). op. cit. p. 377, 378, 378.
29. MARIGHELLA. Marighella na Ilha Grande de Esperanças. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Org.). op. cit. p. 426. p. 426.
30. AMADO, Jorge. O homem que ria e que chorava. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Org.). op. cit. p. 383.
31. NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. Evocações e metáforas de Carlos Marighella: um Glauco brasileiro. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Org.). op. cit. p. 324.

Recebido em 18/08/2008
Aprovado em 19/12/2008